

Artigos

Formas alienadas da produção: destruição criativa e produção destrutiva

Felipe Saluti Cardoso

Centro Universitário Fundação Santo André (FSA)

p. 572-590

revista

Geo 
USP
espaço e tempo

Volume 22 • nº 3 (2018)

ISSN 2179-0892

Como citar este artigo:

CARDOSO, F. S. Formas alienadas da produção: destruição criativa e produção destrutiva. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 3, p. 572-590, dez. 2018. ISSN 2179-0892.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/138601>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.138601>.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 License.

Formas alienadas da produção: destruição criativa e produção destrutiva

Resumo

Entre os problemas da produção e do consumo contemporâneos, está a tendência à obsolescência dos valores de uso das mercadorias, o que implica, por um lado, a criação de condições que generalizam a capacidade de geração de valor e, por outro, a ampliação de seu potencial destrutivo. A lei econômica imposta pelo amadurecimento do capital exige a sobreposição do valor de troca ao efeito útil das mercadorias forçando sua reposição constante no mercado e reproduzindo elementos do antagonismo entre valor de uso e valor de troca. Essa tendência evidencia os fundamentos da produção destrutiva e da destruição criativa, tratados de modos distintos respectivamente por István Mészáros e David Harvey para explicar as contradições que perfilam a sociedade regida pelo capital.

Palavras-chave: Produção destrutiva. Destruição criativa. Ajuste Espacial. Acumulação por espoliação. Taxa de utilização decrescente do valor de uso.

Alienated forms of production: creative destruction and destructive production

Abstract

Among the most pressing problems concerning production and consumption today lies the tendency towards obsolescence of the use value of goods, which on the one hand implies the generalization of the capacity to generate value and, on the other, the expansion of its destructive potential. Accumulation of capital demands that the exchange value of goods impose itself over their useful effect, forcing their constant and ever faster replacement in the market. This tendency is an evidence both of destructive production and creative destruction, studied in different ways by István Mészáros and David Harvey in their analysis of the contradictions of the capitalist society.

Keywords: Destructive production. Creative Destruction. Spacial fix. Accumulation by spoliation. Decreasing rate of utilization of the use-value.

Introdução

No desenvolvimento das forças produtivas, advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição.

Marx e Engels, 2007

A destruição encontra-se nas veredas das contradições da reprodução econômica do capital e de sua complexa geografia. Destruição que, de acordo com o avanço deste modo de produção, manifesta-se na obsolescência dos valores de uso pela busca do capital em reduzir os tempos de produção e consumo que, para manter sua operacionalidade econômica, realiza os efeitos úteis do trabalho e seus produtos como mercadorias portadoras de valores de troca. Sendo a destruição um dos fundamentos da produção contemporânea, buscamos neste artigo expô-la a partir de sua formulação categorial e do tratamento analítico da realidade abordados por David Harvey e por István Mészáros ao tratarem, respectivamente, da *destruição criativa* e da *produção destrutiva* como parte integrante das múltiplas determinações que envolvem a relação dinâmica e antagônica entre valor, valor de uso e valor de troca.

A avaliação superficial de categorias diferentes pode levar à conclusão de que elas fundamentam teses nos limites de matrizes ideológicas semelhantes. A confusão aumenta quando a exposição de categorias tão próximas, como *produção destrutiva* e *destruição criativa*, conduzem o observador a julgar essa discussão uma argumentação formal e de cunho verborrágico, pois *aparenta* certo jogo de palavras ou exercício de erudição. A discussão exposta aqui vai no sentido contrário do exercício epistemológico (gnosiológico) e do logicismo pragmático e metafísico. As categorias, como veremos, emergem das dinâmicas objetivas e, ao mesmo tempo, da reflexão teórica que se aproxima da raiz de processos reais. Portanto, concordamos com Marx (2007, p. 27) quando afirma que as categorias “expressam [...] formas de ser, determinações da existência”.¹ Logo, cabe situá-las historicamente e socialmente para verificar suas tendências e as formas de sua manifestação. Devem-se analisar sua constituição material e a produção teórica que se aproxima dessas *formas de ser*, e se de fato estas correspondem à reprodução da vida social, pois a aproximação ideal também pode obliterar a realidade. Por isso, são necessárias novas aproximações, autocríticas, correções de curso e um imenso caminho para acompanhar as multifacetadas determinações da realidade.

O amadurecimento das ideias e o embate teórico que originaram as discussões sobre a *produção destrutiva* e a *destruição criativa*, respectivamente abordados por István Mészáros (1989, 2011, 2012) e David Harvey (2004, 2005b, 2008a, 2008b, 2011), encontram-se no contexto das contradições sociais aprofundadas pela crise de 1973-4.² Ambos acompanharam

1 A respeito desse excerto de *Introdução à crítica da economia política*, Lukács (2012, p. 373) afirma que “Marx toma como ponto de partida, antes de tudo, que o lugar histórico de categorias singulares só pode ser compreendido em sua concretização histórica, na especificidade histórica que lhes é fornecida pela respectiva formação, e não por meio de sua caracterização lógica, por serem definidas, por exemplo, como simples ou desenvolvidas”.

2 Em artigo de 1998 publicado na *Socialist Register*, Harvey (2005a) afirma estar em sintonia com a projeção de Mészáros em *Para além do capital* quando busca “uma contra-teoria não-hegeliana do desenvolvimento espaço-temporal da acumulação do capital e da luta de classes” (Harvey, 2005a, p. 200). E cabe outra observação: em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo* em 2013, Mészáros (2015, p. 179) afirma que a crise estrutural teria eliminado os mecanismos de

a intensificação da acumulação efetivada com a financeirização da economia e a ofensiva política das instituições hegemônicas internacionais e de capitais multi e transnacionais em direção à apropriação dos ganhos da classe trabalhadora obtidos ao longo do século XX.

Embora os intelectuais abordados tenham preocupações distintas, ambos buscam os nexos do desenvolvimento desigual do capital, as alterações contemporâneas da divisão internacional do trabalho e as medidas e reformas que rearticularam as intervenções estatais e que solaparam o *welfare state* nos países centrais (iniciadas na Inglaterra de Thatcher e nos EUA de Reagan), a alteração das leis trabalhistas e a reorganização e reestruturação dos métodos de produção em todo o planeta, isto é, ambos articularam teoricamente a reconfiguração histórica do capitalismo contemporâneo; daí a validade e a atualidade desse debate.

Uma aproximação do debate sobre a destruição como momento da produção do capital

Mészáros (1989, 2007, 2011, 2012) abordou a *produção destrutiva* em sua obra *Para além do capital* (2011), publicada originalmente em inglês em 1996, sobretudo nos capítulos 15 e 16 intitulados respectivamente “A taxa de utilização decrescente no capitalismo” e “A taxa de utilização decrescente e o Estado capitalista: administração da crise e autorreprodução destrutiva do capital”. Aí, o autor recupera a abordagem marxiana dos aspectos e desdobramentos negativos da lei do valor e o papel do Estado no processo de acumulação. Mészáros havia abordado e problematizado as características da *depreciação precoce* das mercadorias, do capital e do trabalho em sua brochura, lançada no Brasil em 1989, cujo título apresentava o conteúdo da discussão, *Produção destrutiva e Estado capitalista* (1989); o debate também se encontra em *O poder da ideologia* (2012) publicado no mesmo ano na Inglaterra.³ Em suma, Mészáros trata da depreciação induzida pela ciência a soldo do capital no *processo de produção de mercadorias* e cujo elemento norteador é a possibilidade de “*deslocar* (mas não *eliminar*) a contradição fundamental do capital desenvolvido: a superprodução” (Mészáros, 2011, p. 693), isto é, a depreciação não se limita a desvalorização, mas deriva da valorização e nela se realiza, pois a desvalorização constitui uma unidade contraditória e encontra na depreciação do valor sua manifestação material e fenomênica.

Os primeiros traços da exposição do processo de *destruição criativa*, feitas por Harvey (2004, 2005b, 2008b, 2011), são apresentados ao longo de seu livro *Condição pós-moderna* (2005b), publicado pela primeira vez em 1989. Para Harvey (2005b), a *destruição criativa* faz parte dos processos de renovação das relações sociais capitalistas, incluindo a produção intelectual e cultural. A *destruição* surge como elemento das mudanças do padrão de acumulação *criando* novos canais de exploração e formas diversificadas de consumo, inclusive a renovação das paisagens. Sobre o revolucionamento técnico, Harvey (2005b) parte dos pressupostos

controle político e econômico do capital; assim, o que “Schumpeter idealmente chamou de ‘destruição criativa’ [...] nas condições atuais é totalmente autocomplacente. É muito mais apropriado descrever o que está acontecendo como uma ‘produção destrutiva’”.

3 Os lineamentos gerais da *produção destrutiva* discutidos em *O poder da ideologia* (2012) são tratados especialmente no capítulo 5, “A ciência à sombra do complexo militar-industrial”, mais precisamente no item 5.4, “A equivalência entre consumo e destruição na lógica do capital”. Mészáros também trata da produção destrutiva em *O desafio e o fardo do tempo histórico* (2007), onde retoma as tendências já apresentadas pormenorizadamente em *Para além do capital* (2011).

levantados por Marx em *O capital* da necessária mutação dos equipamentos produtivos e de sua destruição física e moral como momento de todo o complexo reprodutivo do capital. Harvey também enfatiza criticamente a sensibilidade do economista liberal Joseph Schumpeter em compreender os ciclos de inovação e *destruição criativa* que derivam e ocorrem “não por causa das míticas capacidades do empreendedor inovador [...], mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de classes endêmicas no capitalismo” (Harvey, 2005b, p. 102).⁴ Ainda que de modo fragmentado, Harvey trata da *destruição criativa* em outros trabalhos como *O novo imperialismo* (2004), *Cidades rebeldes* (2014) e *Paris, capital da modernidade* (2008b), em que a *destruição criativa* é o nexo das variações históricas de reconstrução do *ambiente construído*. Em *Condição pós-moderna* (2005b), Harvey faz as primeiras explicitações da renovação das paisagens geográficas do capitalismo e, em outras obras, trata insistentemente desse aspecto como campo específico da reprodução do capital.

Contudo, em *O enigma do capital* (2011), publicado em 2010, no capítulo “A destruição criativa da terra”, a *destruição* difere das outras obras, pois “não surge como tendência particular da reprodução e acumulação do capital, mas como tendência geral da produção social ou da identidade entre consumo e destruição da natureza”.⁵ Essa alusão não compromete sua análise da *destruição criativa e seus desdobramentos*, principalmente a formulação de Harvey sobre os *ajustes espaciais* (*spacial fix*) e as reconfigurações do capital em cada período histórico que teriam lhe proporcionado uma sobrevida. Cabe ainda destacar que esses problemas, voltados à totalidade da reprodução do capital, aparecem de modo mais ou menos elaboradas no horizonte teórico de Harvey em *Os limites do capitalismo* (publicado originalmente em 1982), sobretudo em sua teoria acerca das crises.⁶

Harvey e Mézáros abordam a destruição como processo objetivo e subjetivo da sociedade capitalista; isto é, a destruição internaliza-se no pensamento e no modo de agir de indivíduos, instituições, grupos e representantes de classe, permeando a ciência, a arte, a filosofia, a política. Desse ângulo, o amadurecimento histórico do capital fez emergir ideologias de um cotidiano posto pela contraditória tentativa, por parte das camadas sociais hegemônicas, de resolução de seus conflitos inerentes. Cada qual a seu modo e nos estribos da desigualdade entre os campos da autoconstituição do homem, consideraram a produção das ideologias, da ciência, da arte e da filosofia como dever da sociedade.

4 Harvey (2005b) afirma e faz a devida crítica ao aspecto da destruição criativa que, em Schumpeter, surge como defesa do capitalista ou do empreendedor como sujeito revolucionário. Diz o autor que, para Schumpeter, “o empreendedor [...] era o destruidor criativo *par excellence* porque estava preparado para levar aos extremos vitais as conseqüências da inovação técnica e social. E era somente através do heroísmo criativo que se podia garantir o progresso humano [...] a destruição criativa era o *leitmotiv* progressista do desenvolvimento capitalista benevolente” (Harvey, 2005b, p. 26).

5 Nessa obra, Harvey (2011) identifica o consumo como destruição e diz que ela parte de todo consumo produtivo, não sendo expressão particular do capital, assim, a “longa história de destruição criativa sobre a terra produziu o que às vezes é chamado de segunda natureza – a natureza remodelada pela ação humana” (Harvey, 2011, p. 151). Isto é, anulam-se a autoprodução do homem e seu metabolismo com a natureza, perdendo seu nexo contraditório como unidade da reprodução.

6 Em *Os limites do capitalismo* (1990), Harvey apresenta as teorias das crises e as medidas encontradas pelo capital para sua autopreservação, identificando rasgos e inflexões ou entraves a seu desenvolvimento, dos quais três são fundamentais: (1) a superprodução, (2) a irrealização do valor ou da circulação e (3) o descompasso entre setor produtivo e financeiro levando a bolhas especulativas. Esses rasgos são deslocados ou anulados (temporal e espacialmente) de acordo com a renovação das bases produtivas em diferentes períodos. Tratada em outras obras, a conseqüência desse processo seria o *ajuste espacial* que implica a potencialização das contradições não resolvidas do capital, mas deslocadas. Inclui a discussão do processo de *acumulação por espoliação/expropriação* em *O novo imperialismo* (2004).

Sobre a ideologia, Harvey (2005b) critica a renovação da filosofia e da estética da modernidade cujo trajeto repousaria na *destruição* da razão iluminista, assumindo um caráter de intensa mudança frente ao que era estático. Tal caráter progressista e até revolucionário da modernidade tenderia para orientações conservadoras e reacionárias quando voltado para o poder das classes dominantes, fosse frente aos resíduos do passado que truncavam o movimento da acumulação ou contra teorias cujas perspectivas práticas poderiam abalar a sociedade. Ou seja, a *negação da razão iluminista* teria surgido da modernidade de meados do século XIX ou da “imagem da ‘destruição criativa’ [que é] [...] importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou de dilemas práticos” (Harvey, 2005b, p. 26) e, com sentido de (des)continuidade, o pós-modernismo criticaria a “razão do modernismo”.⁷ A destruição, como *força criativa*, deixa de projetar transformações civilizatórias, para ser redinamizada exclusivamente no processo de acumulação, efetivando-se também como força reacionária e conservadora, pois coloca no horizonte da reprodução econômica e política energias sociais das classes dominantes ou hegemônicas.⁸

Ao criticar a ideologia, a filosofia e a ciência produzidas para e pelo capital, Mészáros (2011) refere-se ao complexo categorial e objetivo das classes dominantes, buscando as raízes da práxis *liberal* forjada em suas características preponderantes (voláteis, mas com certa unidade). Neste itinerário, identificou os elementos centrais do Estado e da produção segundo o liberalismo que, desde Locke, faz do consumo o momento de destruição. Por isso, em Locke, a *destruição* era um problema marginal, mas “o desperdício deixou de ser um lamentável aspecto marginal desse sistema, e sim uma parte integrante e deliberadamente cultivada dele” (Mészáros, 2011, p. 690). Para Locke, diz o autor, o desperdício permeava o consumo cuja autorregulação ocorreria no mercado. Mas, nas relações capitalistas, o desperdício abrange “todas as áreas de produção e consumo, destruindo completamente todas as justificativas (e racionalizações) que Locke pôde agrupar em deduções” (Mészáros, 2011, p. 690). Processo que se fundamenta na unidade contraditória da produção e não exclusivamente na esfera do consumo, por isso o momento preponderante de todo o consumo é a produção.

Pressupostos sociais da destruição no interior do capital e sua formulação categorial

Embora o debate teórico dos autores em tela também profile o campo da produção do conhecimento, o acento de suas reflexões recai basicamente sobre o amadurecimento e a mutação no interior do capital que levaram (e ainda levam) à *obsolescência* e à *desvalorização* operadas em determinado momento histórico e em razão de suas tendências gerais. Ambos também não deixam de destacar a importante reprodução extraeconômica como elemento destrutivo ativo das relações postas em marcha pela unidade contraditória da produção.

7 Apesar de apreender a reprodução da vida dos homens em cada período histórico, inclusive as mudanças ideológicas, artísticas e simbólicas societárias, (Harvey, 2005b, p. 27) discute a dimensão específica e diferenciadora dos “modernismos” e, em linhas mais gerais, torna homogêneo um movimento que vai de Goethe a Mao Tsé-Tung.

8 O futurismo e o fascismo tinham “fascínio pela velocidade e pelo poder que acolheram a destruição criativa e o militarismo violento a tal ponto que Mussolini pôde tornar-se um herói” (Harvey, 2005b, p. 39).

Sobre as transformações estruturais da economia e da produção do espaço, Harvey (2005b) empreendeu sua crítica aos padrões de acumulação capitalistas. Logo, em cada período ou ciclo econômico, se renovaria a estrutura de produção e consumo por meio da *destruição criativa* do espaço. A título de exemplo, a reconstrução de Paris, no século XIX, feita por Haussmann, e a de Nova York, no pós-1945, por Robert Moses, teriam promovido uma *destruição criativa* do espaço ao renovar o urbano e os hábitos e costumes de seus moradores, ampliando os canais de reprodução do capital por meio de investimentos produtivos e financeiros, conferindo uma sobrevida ao capital. Mas, para Harvey (2004, 2005b), nada superaria a Segunda Guerra Mundial e seu período subsequente, na qualidade de intensificação da *destruição criativa* que teria combinado a diversificação do mercado renovado por novos elementos e capacidades produtivas (reprodução ampliada) e a expropriação crescente pelo capital de todos os meios necessários de existência (acumulação).

Ao amadurecer a exposição da *destruição criativa* em *O novo imperialismo* e analisar a relação entre transformação e padrão de reprodução do capital, Harvey (2004) retoma as contribuições de Rosa Luxemburgo (1988) sobre a expansão econômica da acumulação para áreas consideradas economicamente pouco dinâmicas ou de certa forma exteriores de relações propriamente capitalistas cuja situação permitiria reanimar essa acumulação a níveis cada vez mais altos de desenvolvimento desigual. Essa aproximação com *A acumulação de capital*, de Luxemburgo, levou Harvey (2004) a desenvolver um estudo acerca da acumulação e de fatores extraeconômicos que concorrem para a alteração histórica e geográfica do capitalismo.

Na transição para os anos 1990, Harvey (2005b) situa a *destruição criativa* e o *ajuste espacial* como formas flexíveis de produção e consumo impostos pela hegemonia do capital financeiro, permitindo ao capital total deslocar quantidades maciças de investimento e trabalho “entre linhas de produção [e regiões], deixando setores inteiros devastados, enquanto [o] fluxo perpétuo de desejos, gostos e necessidade[s] do consumidor se tornam um foco permanente de incertezas e lutas” (Harvey, 2005b, p. 103).

Segundo Harvey (2004), o processo de acumulação hodierno opera por meio da apropriação de recursos do setor público e das classes trabalhadoras por duas lógicas antagônicas da reprodução. A primeira, voltada à *lógica territorial* do poder do Estado e, a segunda, oriunda da potencialidade do capital de se apropriar de valor.⁹ Tais processos não seriam excludentes, pelo contrário, reafirmariam a lógica imperativa da reprodução capitalista.¹⁰ Na mesma obra, o

9 Para Harvey (2011, p. 166), a *lógica territorial* se materializa por meio de “estratégias políticas, diplomáticas, econômicas e militares mobilizadas pelo aparelho do Estado em seu próprio interesse. O primeiro objetivo dessas estratégias é controlar e gerenciar as atividades da população no território e acumular poder e riqueza dentro das fronteiras do Estado. Esse poder e essa riqueza podem ser usados internamente para o benefício do povo (ou, de modo mais restrito, para criar um bom clima para os negócios, o capital e uma classe capitalista local) ou externamente para exercer influência ou poder sobre outros Estados”. O principal problema da análise da *lógica territorial* e do Estado em Harvey (2004, 2011) é que em nenhum momento essas categorias surgem da divisão social do trabalho e, desse modo, desaparece seu papel no interior das relações sociais, como imperativos do fundamento do Estado capitalista.

10 Sobre a relação entre produção do espaço e destruição, diz Harvey (2004, p. 99): “A produção do espaço, a organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais pré-existentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e forma de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e de trabalho. Essas expansões, reorganizações e reconstruções com frequência ameaçam, contudo, os valores já fixados no lugar (incorporados à terra), mas ainda não realizados. Trata-se de contradições incontornáveis e abertas a uma interminável repetição,

autor aprofunda a crítica à *acumulação flexível* apontando que, na economia financeirizada com poucas áreas não capitalistas, a acumulação se objetivaria por meio de outras duas tendências, o *ajuste espacial* e a *acumulação por espoliação* – tendências correspondentes à aceleração do tempo de rotação como resposta às crises, problema presente em todas as suas obras críticas e em sua teoria da *destruição criativa*.¹¹

A primeira tendência derivaria da concorrência e da pressão entre concentração e desconcentração espacial e regional de atividades econômicas durante a financeirização e mundialização do capital, cuja natureza repousaria na vulnerabilidade “com relação à produção de valor na atividade industrial e agrícola”, mas em “meio a toda a destruição e desvalorização, surgiram novos importantes complexos de produção” (Harvey, 2004, p. 63) reestruturando a divisão territorial, internacional e regional do trabalho em cada ciclo econômico. A permanente renovação dos elementos produtivos leva ao “poder destrutivo existente sob a fachada do capitalismo relativa ao progresso tecnológico e à racionalidade do mercado”, pois no transcorrer das crises “grandes quantidades de capital são desvalorizadas e destruídas, os trabalhadores e sua força de trabalho sofrem um destino semelhante e os capitalistas canibalizam e liquidam uns aos outros” (Harvey, 2005a, p. 156).¹² O tempo da *destruição criativa* das estruturas regionais torna-se cada vez menor, pois a fixidez cria estruturas regionalmente dinâmicas e um ajuste espacial que realizam a acumulação, anulam momentaneamente e efetivam um *escape temporário* das crises ao intensificar a troca, o consumo e a produção, mas criando um entrave à acumulação em outro momento a ponto de ampliar o capital excedente cuja presença potencializa a produção de “novos recursos produtivos em novas regiões” (Harvey, 2005a, p. 117). Assim, as:

[...] altas taxas de lucro prometidas proporcionam um incentivo ‘natural’ para tal fluxo e, se atingidas, aumentam a taxa média de lucro no sistema como um todo. Temporariamente as crises ficam resolvidas [...], pois lucros maiores significam crescimento

porque novas regiões também requerem capital fixo em infra-estruturas físicas e ambientes construídos para funcionar com eficácia. As vastas quantidades de capital fixadas num lugar agem como empecilho à capacidade de realizar uma ordenação espacial alhures”.

11 A aceleração da rotação do capital foi intensificada depois dos anos 1970, o que, para Harvey (2005b, p. 210), decorre da “implantação de novos sistemas [que] têm de esperar a passagem do tempo de vida ‘natural’ da fábrica e do trabalhador, ou empregar os processos de ‘destruição criativa’ que se baseiam na desvalorização ou destruição forçada de ativos antigos para abrir caminhos aos novos. Como isso implica uma perda de valor mesmo para os capitalistas, poderosas forças sociais se opõem a esse processo”. A oposição à rigidez da produção cria temporal e desigualmente áreas de crescimento econômico; mas, em períodos de crise, desvalorização e destruição de ativos do capital e da força de trabalho, essas áreas se tornam barreiras à acumulação. No entanto, objetivam-se formas de “inovações técnicas e organizacionais aplicada[s] à redução dessas barreiras – que envolvem tudo, da produção em linhas de montagem (de carros ou de brinquedos a pilha) e da aceleração de processos físicos (fermentação, engenharia genética) à obsolescência planejada no consumo (a mobilização da moda e da publicidade para acelerar a mudança), ao sistema creditício, aos bancos eletrônicos etc. É nesse contexto que a adaptabilidade e flexibilidade dos trabalhadores se tornam vitais para o desenvolvimento capitalista. Os trabalhadores, em vez de adquirirem uma habilidade para toda a vida, podem esperar ao menos um surto, senão muitos, de desabilitação e reabilitação no curso da vida. A destruição e reconstrução acelerada das habilidades dos trabalhadores foram [...] uma [das características centrais] da passagem do fordismo para os modos flexíveis de acumulação” (Harvey, 2005b, p. 210).

12 A mudança das condições produtivas, a flexibilização das relações de trabalho e a intensidade da luta de classes reconfiguram regionalmente a circulação. Assim, para Harvey (2005a, p. 153), a “acumulação e a superacumulação, a luta de classes e a mudança tecnológica provocam a ruptura, e transformam as alianças regionais praticamente do mesmo modo que afetam todas as configurações espaciais fixas. Em uma aliança regional, mesmo os associados mais sólidos, mesmo nas melhores épocas, talvez fiquem tentados a deixá-las; nas piores épocas, o comportamento individual se torna muito imprevisível. A competição força todos os agentes econômicos a ficar em alerta como possibilidade de realizarem uma mudança geográfica que lhes dê vantagem sobre seus rivais”.

na massa de capital que busca aplicação rentável e a tendência à superacumulação se exacerba, mas então numa escala geográfica expansível [...] O único escape reside na aceleração contínua da criação de novos recursos produtivos. Disso, podemos deduzir um impulso dentro do capitalismo para criar o mercado mundial, para intensificar o volume de troca, para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos, para implantar novos recursos produtivos em novas regiões, e para colocar toda a mão-de-obra, em todos os lugares, sob a dominação do capital. Podemos interpretar a real geografia histórica do capitalismo como produto de tal imperativo. No entanto, a “dialética interna” do capitalismo assegura que tal processo “move-se em contradições constantemente superada, mas, no momento exato, constantemente situada” [...]. As crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica. A dialética interna da sociedade civil é perpetuamente mitigada e reproduzida mediante o recurso constante ao ajuste espacial (Harvey, 2005a, p. 117).

Na acepção de Harvey (2004), a *acumulação por espoliação* ou *despossessão*, como segunda tendência de renovação do capital, tem como conteúdo a expropriação do trabalho acumulado e do valor presente na propriedade, nos bens e serviços públicos, bem como nos meios de existências, nos fundos de consumo e na poupança do proletariado (urbano ou rural). Assim entra, na contabilidade do capital financeirizado, a expropriação dos fundos, títulos de empresas públicas que são privatizadas, das terras para produção familiar e de subsistência, dos fundos de sindicatos trabalhistas, das casas da classe trabalhadora etc. A acumulação por espoliação é diferente da “acumulação primitiva, que abre caminho à reprodução expandida” (Harvey, 2004, p. 135) de modo antagônico e organizada por alianças entre o Estado e segmentos privados, o que “faz ruir e destrói um caminho já aberto”.

A *acumulação por espoliação* passa a ser um “custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista” (Harvey, 2004, p. 128) cujas “motivações podem ser internas [...] ou impostas a partir de fora”; isto é, pode haver alianças entre as classe dominantes, o poder público e o capital para promover mudanças estruturais da sociedade e ampliar a *destruição criativa* de organizações de produção familiar, dos meios de vida de trabalhadores e até mesmo do capital. Ademais, instituições internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pressionam o Estado a implementar reformas ou *ajustes estruturais* para assegurar a entrada (muitas vezes violenta) de serviços, bens, empresas e trabalho no mercado. Sem delimitar a origem exata da acumulação por espoliação, diz Harvey (2004, p. 129) que ela “se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida”. O meio e a condição da resolução ou deslocamento das crises e compensações aos problemas da sobreacumulação foram “a financeirização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear, de vez em quando, surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação” (p. 129), desestruturando cadeias produtivas e territórios inteiros. Nesse contexto, ampliou-se o poder da ideologia

e da “teoria neoliberal e a[s] política[s] de privatização a ela[s] associada[s] [que] simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição” (p. 129). O resultado deste extenso processo teria promovido para Harvey, a alteração dos costumes e da base cultural e econômica de toda a sociedade, jogando no mercado os valores antes cristalizados em fundos do Estado e da classe trabalhadora pela crescente privatização de ativos públicos, criando hordas e exércitos inteiros de força de trabalho supérflua com parques direitos sociais garantidos e salários rebaixados no mercado mundial. Em suma, os dois processos ocorreriam em conjunto e confluiriam contraditoriamente em direção à criação de formas historicamente mutáveis de acumulação em resposta e complemento dos fatores intrínsecos à reprodução econômica do capital, além de sua condição de existência, de modo cíclico e contínuo, derivaria em conflitos:

[...] entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade – todas essas advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo. Essas tensões se vêem apreendidas pela lógica expansionista geral de um sistema capitalista em que, acumulação interminável do capital e sua busca eterna de lucros, constituem a [situação] dominante. O efeito agregado é, como com frequência tive motivos para formular no passado, que o capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo simplesmente para ter de destruí-la e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital. Esta é a história da destruição criativa inscrita na paisagem da geografia histórica completa da acumulação do capital (Harvey, 2004, p. 87-88).

Duas décadas de pesquisa sobre a atualidade do capitalismo fizeram Harvey destacar os inúmeros desdobramentos da *destruição criativa* e da mutação constante do capital. Mas os fundamentos de sua teoria da *destruição criativa* mantiveram-se intactos, sendo eles o “efeito da inovação contínua” (Harvey, 2005b, p. 102) que poderia, “no entanto, desvalorizar, senão destruir, investimentos e habilidades de trabalho passado”. Assim, a inovação derivaria das “leis coercitivas da competição de mercado”, que forçariam “todos os capitalistas” a procurar “mudanças tecnológicas e organizacionais” que melhorassem “sua lucratividade com relação à média social” (p. 102). A inovação derivaria também da pressão do mercado e da propensão à queda da taxa de lucro, o que levaria os monopólios a promoverem inovações na produção e cujo limite estaria na superprodução, na superacumulação e, conseqüentemente, nas crises.

Harvey (2005b, p. 102) reconhece nas inovações o motivo do desemprego e de um maior controle sobre o trabalho, o que intensificaria também a competição entre trabalhadores e aumentaria a capacidade produtiva do capital. Tais resultados não decorreriam “das míticas capacidades do empreendedor inovador”, já que o capitalismo é “tecnologicamente dinâmico”, em razão “das leis coercitivas da competição e das condições de [suas] classes endêmicas”. As mudanças da base produtiva, inerentes à acumulação, fariam da inovação a causa da “instabilidade e [d]a insegurança, tornando-se, no final, a principal força”, que levaria “a periódicos paroxismos de crise”.

Para além das transformações no interior da indústria, as crises e as renovações corroborariam “uma série de períodos de atividade moderada, propriedade, excesso de produção, crise e estagnação” (Harvey, 2005b, p. 102). O caráter da renovação tecnológica e da metamorfose do capital em inúmeros segmentos (produtivos ou não) fundamentaria a *destruição* e a *produtividade* periódicas, isto é, estaria “embutida na própria circulação do capital” a *destruição criativa*. Os princípios norteadores da *destruição criativa* são: a concorrência, a inovação organizacional e o revolucionamento técnico que conduziriam à ampliação da exploração do trabalho por meio da minimização do tempo necessário de produção frente ao tempo de trabalho não pago, formando uma massa ascendente de mais-valia relativa. Harvey apresenta a extensão da jornada “com relação ao [tempo de] trabalho necessário” (Harvey, 2005b, p. 174) como garantia para “a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida” para obter um valor que sustente a “passagem para mais horas de trabalho associadas a uma redução geral do padrão de vida através da erosão do salário real ou da transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários”; essa passagem definiria a permanência da desigualdade como imperativo da produção e a mais-valia absoluta como forma (combinada à relativa) de expropriação de valor. Entretanto, *não identifica na forma absoluta da mais-valia a base da destruição* da qualidade de vida e pauperização da classe trabalhadora.

Para Harvey (2004, 2005a, 2005 b, 2011), a concorrência configura-se como um dos aspectos da modernização dos setores individuais do capital, forçando alguns capitalistas a inovar a capacidade produtiva e manter superlucros. Apesar de considerar os problemas da circulação do capital e da competição nessa esfera da reprodução e das relações de produção mantenedoras de unidades espaciais específicas (como as regionais), não aborda a *destruição criativa* como parte do complexo contraditório da produção ou da perpetuação de suas relações; por isso a concorrência, e não a tendência à queda da taxa de lucro, é *motivadora da inovação*. Por outro ângulo, a destruição criativa situa-se em dois momentos diferentes, que, para Harvey (2005b, 2011) se entrecruzam. O primeiro diz respeito ao processo de renovação técnica, à redistribuição de equipamentos e ao consumo produtivo e, o segundo, ao consumo individual alterado pela velocidade de circulação. Assim, a obsolescência se deve à intensificação do consumo como momento idêntico à destruição.

Harvey (2005b) é preciso quando expõe a aceleração posta pela renovação técnica como momento da obsolescência precoce de bens, equipamentos e trabalho, incluindo o envelhecimento moral do capital fixo e a desigualdade da produção e da capacidade técnica. Porém, ao não considerar o consumo como unidade contraditória do processo produtivo, deixa de mostrar na intensificação do trabalho e no desenvolvimento de capacidades produtivas a base amplificada da extração da mais-valia relativa e a imensa quantidade de bens e serviços no mercado trocando a qualidade pela quantidade; além disso, perde o sentido da geração do valor como elemento central da desvalorização e das crises quando não explica a destruição como momento historicamente determinado de um tipo de complexo produtivo.

Expostos esses limites, encontramos, por outros caminhos, o aprofundamento dessa discussão em Mészáros (2011, 2012), com mediações mais precisas quanto ao amadurecimento das contradições do capital. Como vimos, o debate acerca da *produção destrutiva* de Mészáros (2011, 2012) é contemporâneo ao de Harvey (2005b) e, em comum, retratam os elementos

gerais das crises econômicas tais como a tendência à obsolescência precoce, os elementos contraditórios da realização do valor e as reformas políticas do Estado para tentar gerenciar os antagonismos do capital. Mas é na especificidade da crítica de Mészáros (2011, 2012) que a *tendência destrutiva* do modo e das relações de produção regidas pelo capital são explicitados de acordo com sua natureza histórica. Para Mészáros (2012) a centralidade da geração de valor, como finalidade última da sociedade capitalista, universaliza as energias sociais fundamentadas na troca. Neste horizonte, concatenados pelo amadurecimento e expansão do capital ao longo do século XX, a produção intelectual e material dominantes tornaram-se orientação prática dos capitais individuais e do próprio Estado. Tal finalidade, que durante algum tempo levou à ampliação do processo civilizatório, determinou a produção voltada à realização do valor de troca e criou a “incapacidade de estabelecer limites significativos e praticamente observáveis” (Mészáros, 2012, p. 658) à valorização. A falta de limites ou a busca pela desobstrução da realização do capital, em todos os seus aspectos, emerge como “uma das características definidoras [e] mais importantes do desenvolvimento capitalista, com aplicações de longo alcance, para a viabilidade do sistema” (Mészáros, 2012, p. 658).

O desenvolvimento histórico do capital e sua incapacidade de reter contradições e estabelecer limites à busca insaciável de valor, segundo Mészáros (2012), desdobra-se durante e após a crise econômica de 1929, apesar de essa tendência já se apresentar em períodos anteriores. Essa crise, em particular, resultou da ascendente integração desigual dos mercados imposta pelo imperialismo e compreendeu maior atuação do Estado como instituição que assumiu o papel de reter tais crises (sem eliminá-las) no interior da divisão social do trabalho.

A tendência do Estado em comedir as crises, presente na teoria keynesiana, decorre dos “objetivos autoexpansivos de produção, [...] totalmente desprovido de um quadro de referência e de medida humanamente significativo”, caracterizando uma situação histórica particular cujas tensões e as contradições ampliadas não se limitam à esfera da circulação. Por isso, a situação expansiva orienta e dinamiza a “passagem da produção *orientada-para-o-consumo* ao ‘consumo’ pela *destruição* [que] pode se dar sem qualquer dificuldade importante no campo da própria produção” (Mészáros, 2012, p. 692). A *orientação ao consumo* efetua a *destruição* de recursos para repor a geração de valor e reverter a produção em meios de realização dos rendimentos do capital. Assim são quebrados os obstáculos para “racionalização político-ideológica e a legitimação de tais mudanças [que] podem ser prontamente desmantelados pelos interesses privados dominantes e pelo Estado capitalista” (Mészáros, 2012, p. 692) dilatado pela renovação dos meios de comunicação que permitem a combinação de forças políticas e opinião pública para criar modelos de controle social.

Como tais tendências foram aprofundadas a partir das contradições econômicas do fim do século XIX, Mészáros (2011) reconhece em Luxemburgo (1988) a primeira tentativa de apreender as forças destrutivas do capital voltadas à produção bélico-militar como ampliação dos canais de realização do valor superacumulado mesclando fatores econômicos e extraeconômicos que garantiriam a utilização de remessas enormes de capital. Segundo Luxemburgo (1988), a ampliação da valorização criada pelo Estado, como setor monopsônico, aparentemente estranho às classes sociais, redundou no controle político e militarizado da sociedade, na situação premente de conflito e no revolucionamento técnico amparado na produção mi-

litar. Sobre a “dilatação da acumulação” apontada por Luxemburgo, Mészáros (2011, p. 685) sublinha que o Estado, como “instrumento disposto e capaz de romper o nó górdio de como combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima”, é utilizado pelo capital “após uma série de tentativas fracassadas em lidar com os problemas de superprodução de modo menos perdulário a partir da crise econômica mundial de 1929/33”; exposto em germen por Luxemburgo (1988), esse processo levaria a recorrentes tentativas de resolução das periódicas crises pelo Estado em conjunto ao complexo bélico-militar, mas não a sua solução.¹³ Logo, o Estado estabiliza os padrões de intervenção econômica, a princípio nos países centrais e mais tarde nos periféricos com o auxílio de instituições supranacionais, por isso a criação, por exemplo, do Acordo de Bretton Woods, do BM e do FMI no desfecho da Segunda Guerra.

Além disso, embora o tratado de paz tenha limitado a produção bélica da Alemanha e do Japão no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, há fatores que reintegraram a indústria bélica nesses países. A hegemonia do complexo bélico-industrial estadunidense, seguida pela Grã-Bretanha, França e Itália, no contexto já delineado das estratégias políticas internacionais da Guerra Fria, conduziu o Japão e a Alemanha a participarem de alianças militares, ferindo quase todos os itens do tratado de modo intencional, só mantendo as cláusulas proibitivas da produção bélico-nuclear.¹⁴

A relação do Estado com o *complexo bélico-industrial*, de acordo com Mészáros (2011), resolveria na perspectiva liberal, a distinção entre consumo e destruição, *minimizando* o tempo do *efeito útil* das mercadorias e dilatando os canais de realização do valor. A indistinção entre consumo e destruição está na materialidade da produção e da circulação que emergem como um duplo problema para o capital, fundamentados: (1) na limitação dos recursos consumíveis e na competição entre produtores de valores de uso distintos e (2) na necessária constituição de consumidores. A generalização da destruição como forma de produção resolveria esse duplo problema a partir da distribuição de recursos nos limites seletivamente orientados mundialmente, formando mercados consumidores delimitados pelo Estado (e sua remoção dos limites dos serviços sociais voltando-os para o mercado). Levando a tendência de Mészáros às últimas consequências, poderíamos concluir que toda geografia e/ou espaço socialmente produzido,

13 Quando discute a intervenção da indústria bélica no início do século XX, Luxemburgo (1988) evidencia dois fatores interdependentes da acumulação: (1) a relação entre produção e distribuição de recursos específicos (no caso, equipamentos bélicos) cuja compra precisa do Estado, que se torna o único setor a absorver grande massa de mercadorias e financiar segmentos vinculados à produção bélica, e (2) a reprodução do Estado aparece, a princípio, como força alheia aos interesses imediatos de classe, mas, sem perder sua finalidade específica de supostamente dar coesão à divisão social do trabalho e cujo poder de compra é “totalmente estranho e alheio ao capital e ao operário, orientado para novos produtos, para um novo ramo da produção que não se destina nem ao sustento da classe operária, nem ao da classe capitalista, oferecendo, assim, ao capital novas oportunidades de criação e realização de mais-valia” (Luxemburgo, 1988, p. 96). Para a autora, o Estado é estranho ao operário e ao capital não como um antagonismo congênito e autoexpansivo da sociedade burguesa, mas como um *estranhamento relativo* às classes sociais.

14 Para Mészáros (2011, p. 686), isso ocorreu porque a hegemonia estadunidense e a produção bélica são empreendimentos internacionais dos quais “o Japão e a Alemanha participaram, direta e indiretamente, do seu desenvolvimento no pós-guerra já em estágio bem inicial, sob formas variadas, da óptica à eletrônica e da química à metalúrgica”, o que levou as indústrias alemã e japonesa a produzirem, por exemplo, equipamentos militares para os EUA durante a Guerra da Coreia. Sobre esse período, basta dizer que Taiichi Ohno, o pai do toyotismo, declara que a Toyota ampliou seus mercados por conta das “demandas especiais [...]”. Esta experiência foi valiosa e, desde então, temos produzido a mesma quantidade que outras companhias com 20% ou 30% menos trabalhadores” (Ohno, 1997, p. 83), isto é, a modernização econômica da indústria japonesa decorreu de sua participação indireta na guerra e, ao mesmo tempo, de um complexo produtivo preparado para tal.

embora não absorva de modo integral os elementos da indústria bélica e as características de seus produtos, tendem de modo específico a reproduzir os elementos da destruição como fator da depreciação do valor de uso – incluindo aqueles que adotam esses valores – em favor da valorização e do valor de troca. Ademais, é inerente à mercadoria produzida sob os métodos militares ter seu valor de uso idêntico à destruição (como acontece com uma bomba, por exemplo) ocasionando na superutilização dos bens cujo uso é a destruição e, mesmo em momentos de paz, é preciso renovar o parque militar e o estoque de bens subutilizados ou *temporariamente inutilizáveis*. O poder público garante a manutenção de determinados capitais, “essa garantia é proporcionada ao capital pela emergência e consolidação patrocinada pelo Estado do ‘complexo bélico-militar/industrial’, que *temporariamente* desloca várias das [suas] contradições mais importantes” (Mészáros, 2011, p. 671).

A título de exemplo, pode-se verificar a generalização da produção destrutiva no caminho encontrado pelo complexo-bélico industrial ao encampar outros segmentos produtivos. Sobre tal processo, Victor Perlo (1969) já apontava nos anos 1960 a hibridez do complexo bélico-industrial estadunidense que há tempos produzia equipamentos e bens de consumo variados e procurava no Estado um financiador de seus empreendimentos. A pressão do complexo bélico-industrial sobre o Estado permitiu a venda de infraestrutura para além dos limites da produção bélica e cuja tendência foi acelerada pelas *políticas de desarmamento*, embora muitos industriais eram inflexíveis quanto à desmilitarização, discussão acalorada até os dias atuais.¹⁵ Sobre o período, Perlo salienta que, entre as grandes indústrias do complexo bélico, a General Motor pressionou o Estado “para a expansão de rodovias federais presumivelmente com a finalidade de aumentar a capacidade do país para a absorção de carros” (Perlo, 1969, p. 146) e a “General Electric e a Westinghouse podiam esperar lucros com projetos de desenvolvimento de energia em áreas subdesenvolvidas, obtendo encomendas de geradores, turbinas” (Perlo, 1969, p. 146). O mesmo se passou com a IBM, que vendia equipamentos de segurança e investiu nos mercados da microeletrônica e informática, sendo “bem representada na grande delegação americana que compareceu à Primeira Conferência Mundial sobre Cibernética e Automação, realizada em Moscou em 1960” (Perlo, 1969, p. 204). O autor apreendeu quantitativamente as tendências expostas qualitativa e processualmente por Mészáros (2011, 2012) a partir da totalidade da reprodução social e da economia regida pelo valor de troca.

Mészáros (2011) ainda ressalta, em outro momento de sua exposição, um terceiro aspecto da relação entre Estado e complexo militar-industrial, a saber: a universalização da destruição pela ciência. Tendência que se generaliza para toda a produção, aproximando no processo produtivo a destruição ao consumo, criando um mercado consumidor dinâmico dentro e fora dos limites do Estado, reproduzido a obsolescência fora do circuito bélico e reconfigurando a posição do Estado como comprador de bens de uso coletivo. A obsolescência, portanto, legitima a oferta “pela ‘demanda’ fictícia”. O resultado é que a oferta em questão (não importa quão perdulária, perigosa, indesejável e destrutiva) é forçosamente imposta à sociedade por

15 Segundo Perlo (1969), as maiores indústrias estadunidenses com lucros externos militares no início dos anos 1960 eram: Armour, Bethlehem, Boeing, Chrysler, Du Pont, Ford, General Dynamics, General Electric, General Motors, Goodyear, Gulf, Int'l Harvester, Nation Dairy, Protect Gamble, RCA, Socony-Mobil, Standard Oil, Standard Oil (Cal.), Standard Oil (ind.), Swift, Texaco, Union Carbide, US Steel, Western Electric e Westinghouse.

critérios legais inquestionáveis e se torna a suprema “demanda da nação” (Mészáros, 2011, p. 693). Por tentar manter as relações sociais de produção, o Estado promove ações políticas e econômicas que garantam a *contabilidade racional dos custos capitalistas*. Parte dos custos do Estado e de inúmeros segmentos do capital é destinada à pesquisa para minimizar o tempo de circulação e o consumo das mercadorias mobilizando a ciência e colocando-a “a serviço das exigências que emanam do mesmo antagonismo fundamental” (p. 667) que rege a geração e a realização do valor. Nessas condições, diz Mészáros, a ciência é “unilateralmente subordinada, na sua função primária, à necessidade vital do capital de converter em vantagens suas próprias concessões e os ganhos periódicos”, ela “é praticamente orientada (e constantemente reorientada, quaisquer que sejam as ilusões da ‘ciência pura de desenvolvimento autônomo’) em consonância com sua posição na estrutura da divisão capitalista do trabalho”, conduzindo à superprodução em massa de mercadorias não realizadas e com consequências negativas no trabalho vivo.¹⁶

A subordinação da ciência ao capital permite a renovação constante dos equipamentos e instrumentos produtivos e a criação de métodos de controle do trabalho que resultam na elevação da lucratividade posta pela produção em massa de mercadorias de modo generalizado, dentro e fora do complexo militar-industrial. Logo, a ciência apresenta seus aspectos negativos, pois encontra-se nos limites da divisão social do trabalho e, por isso:

[...] é desviada de seus objetivos positivos, e a ela é designado o papel de ajudar a multiplicar as forças e modalidades de destruição, tanto diretamente, fazendo parte da folha de pagamento do complexo militar-industrial ubíqua e catastróficamente perdulário, como indiretamente, a serviço da “obsolescência planejada” e de outras engenhosas práticas manipuladoras, divisadas para manter os lobos da superprodução longe da porta da indústria de consumo (Mészáros, 2011, p. 694).

As intervenções estatais iniciadas no pós-guerra aprofundaram qualitativamente as crises e as formas de controle social, não eliminando o recrudescimento ou a viabilidade de transformações sociais e a continuidade das intervenções do Estado na economia. Nesse aspecto, se generalizam a *obsolescência planejada* e a *produção* reduzida à realização do valor de troca. Independentemente da perspectiva adotada pelo Estado (keynesiana ou neoliberal, por exemplo), cada período de crescimento no pós-guerra produziu variações políticas que, em última análise, mantiveram o Estado ao lado da conservação do capital como meio sócio-histórico da acumulação, reiterando ou retardando a *máxima expansão do valor com a taxa de utilização mínima do valor de uso*. Apesar dos ganhos temporários das classes trabalhadoras nos países centrais, com políticas anticíclicas do *welfare state* e da transformação do trabalhador em fator de consumo, os traços positivos para o trabalho converteram-se em elementos negativos para a acumulação; isto é, por estar na expansão do capital a condição da crise, o Estado administra, não eliminando as contradições fundamentais do capital e não controlando seus melhores

16 Para Mészáros (2011, p. 691), a identidade entre Estado e nação ocorre de acordo com as transformações produtivas do capital no pós-guerra e, com o “realinhamento de sua relação com o Estado [...], a fusão mística entre produtor/comprador/consumidor de agora em diante é nada menos do que a própria ‘nação’”. Produz-se a ideia de que o Estado asseguraria “a satisfação da dupla exigência de proporcionar um cofre inexaurível que tornasse possível a autorreprodução ampliada do capital e um poço sem fundo capaz de tragar todo o desperdício resultante”.

predicadores – desenvolvimento técnico produtivo, por exemplo. Com a *crise estrutural*, emergem tendências ao uso decrescente de trabalho vivo pela ampliação da massa de trabalhadores supérflua para o capital e estratégias de absorção de valor pelo subemprego.

As intervenções do Estado variam de acordo com as fissuras da dinâmica da luta de classes e de sua condição histórica particular. O eixo geral dessa articulação repousa nas respostas sociais das classes dominantes às sucessivas crises e no papel que o Estado e instituições supranacionais como o BM, o FMI e a OCDE assumem ao tentar administrar as crises em favor do capital. Ideologicamente, tais condições transfiguraram os problemas socioeconômicos em técnicas de gestão do Estado. Ou seja, busca-se a “reconstituição, pelo capital, de sua linha de menor resistência, capacitando-o a confrontar seus limites inerentes e a deslocar com mais eficiência suas principais contradições nas atuais circunstâncias históricas” (Mészáros, 2011, p. 697). Como “linha de menor resistência”, o autor identifica o giro do capital sem obstáculos, isto é, a flexibilização de leis trabalhistas e ambientais, a diminuição da restrição à circulação de dinheiro e capital e a maximização de investimentos voltados ao mercado. Assim, as *crises estruturais* levaram o Estado a financiar “generosamente” as mais poderosas e ricas “corporações multinacionais, os fundos necessários para a ‘renovação’ e o ‘desenvolvimento de instalações’, fundos que o idealizado ‘espírito empresarial’ da competição privada não pode mais produzir lucrativamente” (p. 672) garantindo o envolvimento “do Estado capitalista moderno na sustentação material (e subsidiada) do sistema da iniciativa privada através do financiamento e da organização, tanto da pesquisa de orientação tecnológica direta como da assim chamada ‘pesquisa básica’”.

Existem mutáveis intervenções do Estado para reverter as *crises*, mas disto decorre a extensão de um “*continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada” (Mészáros, 2011, p. 697).¹⁷ Das entranhas da produção capitalista há a aproximação do consumo à destruição como fator geral da reprodução social na conjuntura de crises estruturais que implicam na participação do Estado e, ao invés de solucionar as crises, cria novas contradições. A aproximação entre forças produtivas e destruição, diz Mészáros (2011, 2012), encontra-se na generalização da *obsolescência como horizonte ou telos da produção*, afetando “negativamente todas as três dimensões fundamentais da produção e do consumo capitalistas” (Mészáros, 2011, 669), isto é, a produção de bens e serviços, a força de trabalho, a instalação de maquinaria e equipamentos ligados ao capital constata (fixo e circulante) público ou privado e de uso individual ou coletivo. A identidade entre produção, consumo e destruição permitiu com que *empresas monopolíticas* junto ao Estado encontrassem caminhos para diminuição do tempo de rotação do capital levando à *taxa de utilização decrescente das dimensões fundamentais da produção e do consumo*.

17 Sendo a *crise estrutural*, é errôneo “interpretar a ausência de flutuações extremas ou de tempestades de súbita irrupção como evidência de um desenvolvimento saudável e sustentado” (Mészáros, 2011, p. 697). Segundo José Paulo Netto (1995, p. 47), no que tange à *crise estrutural*, “não se trata de supor o capitalismo como agonizante, incapaz já de reproduzir-se como tal [...]. Superado o seu grandioso papel histórico-universal civilizador, ele só pode reproduzir-se agora com a (re)produção de complexos de contradições, antagonismos e problemas que [...] não podem ser ladeados senão com o aprofundamento de traços barbarizantes: mesmo os avanços e êxitos que possam lograr na exploração de novas alternativas geradoras de riqueza e de condições societárias inéditas vêm acompanhados de sequelas tais que não se travam o aviltamento de imensos contingentes populacionais”.

A princípio, o impacto da *obsolescência precoce* recai na circulação e, aparentemente, não produz consequências, pois “as necessidades de expansão da produção capitalista podem ser satisfeitas, atraindo para a estrutura de consumo, algo mais que o mero consumo básico, ou seja, novos grupos de pessoas, anteriormente excluídos” (Mészáros, 2011, p. 670).¹⁸ Mas, ao contrário da aparente sincronia harmoniosa do mercado, as:

[...] mercadorias destinadas ao “alto consumo de massa” deixam de ser suficientes para manter longe da porta os lobos da crise de expansão da produção (devido à ausência de canais adequados à acumulação de capital). Torna-se, desse modo, necessário divisar meios que possam *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, encurtada deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior [...] em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínimas [...] e que absorvem uma parte considerável do “poder de compra da sociedade”; a imposição artificial da capacidade produtiva quase completamente inutilizável [...]; o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais [...]; o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados [...]. Tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações subjacentes para perduravelmente diminuir as taxas de utilização (Mészáros, 2011, p. 670).

A *destruição* assume uma posição de domínio no metabolismo socioeconômico levando a “quantidades astronômicas de desperdício [...] produzidas para que se possam impor à sociedade algumas de suas manifestações mais desconcertantes” (Mészáros, 2011, p. 655), entre elas a regularidade da imposição de “*cortes*’ e ‘*economias*’ em cada área importante da reprodução social, da educação à saúde, para não mencionar as demandas elementares do sistema de seguridade social” (p. 655). Logo, cabe ao Estado estimular ampliar os canais do consumo; por isso programas e serviços públicos são privatizados ou geridos de modo “misto”, voltando-se ao fluxo da realização do valor, mesmo que o ponto de partida e sua administração passem de algum modo pelo poder público, já que no limite, o Estado detém o monopólio da compra e a organização de determinados serviços. Nessas condições, os cortes de medidas sociais e os gastos do Estado são administrados sob a lógica do *custo mínimo*, já que, nessa perspectiva, o

18 Entre as estratégias encontradas para a diminuição do tempo de rotação do capital, está a disponibilidade “para as classes trabalhadoras, pelo menos nos países capitalistas avançados, [de] mercadorias anteriormente reservadas aos privilegiados, como, por exemplo, testemunha a larga difusão do automóvel, que, junto com a mudança de padrão da moradia, acarreta o afastamento dos trabalhadores de seu lugar de trabalho (em contraste com as cidades-oficinas vitorianas) para áreas suburbanas (mas, claro, não no ‘Terceiro Mundo’, como testemunham a tragédia de Bhopal, causada pelas operações transnacionais americanas da Union Carbide)” (Mészáros, 2011, p. 670).

mercado deve ter algum retorno. *Altera-se dramaticamente a produção para transformá-la num apêndice do valor de troca, e toda sua unidade contraditória entra no circuito da destruição induzida e na esfera do consumo.*

É na universalização da troca como *telos da produção* em todas as esferas da reprodução econômica que a *produção destrutiva* encontra seu campo de realização e plena existência, pois há a busca constante de “canais para a expansão do capital através da multiplicação, não importa quão perdulária [possa ser], de bens e serviços, bem como pela aceleração da taxa de amortização de instalações e maquinário” (Mészáros, 2011, p. 673). A *produção destrutiva* emerge como uma tendência geral, mas a desigualdade permanece como massa de manobra do capital; assim, enquanto a intensificação da taxa decrescente pode aumentar as:

[...] transações no círculo já dado, não há razão alguma para se correr o risco de “ampliar a periferia da circulação”. Conseqüentemente, vastas porções da população podem ser seguramente ignoradas pelos desdobramentos capitalistas, mesmo nos países “avançados”, para não mencionar o resto do mundo mantido em subdesenvolvimento forçado. Além disso, a *complementariedade* da contínua extorsão de mais-valia absoluta com grandes ou pequenos avanços produtivos assegura que [...] o capital seja bem compensado por isso e não tenha que se defrontar com as conseqüências potencialmente mais destrutivas da taxa decrescente de lucro, já que elas são eficazmente deslocadas não apenas por práticas monopolistas, mas também pela operação da taxa de utilização decrescente combinada com o mecanismo brutal da exploração de mais-valia absoluta (Mészáros, 2011, p. 684).

A dimensão mais explosiva e perigosa dessa tendência afeta diretamente o trabalho, com “‘políticas de consenso’ nos países de capitalismo avançado [...] [e] a ilusão da ‘integração’ permanente do trabalho” (Mészáros, 2011, p. 673), levando à abstrata conceituação de que houvesse “‘disfunções temporárias’ de caráter essencialmente *tecnológico*, de onde se poderia concluir que de fato eles seriam passíveis de *soluções tecnológicas* similares” (p. 673), mantendo a desigualdade, caracterizando um ritmo produtivo supostamente homogêneo entre regiões diferentes e acentuando a exploração de mais-valia absoluta e relativa e de recursos naturais e sociais pelo processo de acumulação.

Logo, a *tendência a queda da taxa de uso* e o lastro material proporcionam maior manobra econômica para absorção do valor e alargam as bases da manipulação do “círculo de consumo” individual ou coletivo – cujo setor monopsônico vem a ser o Estado. A manipulação passa a ser justificada pelo retardamento das contradições endógenas do capital, levando a dois movimentos ligados à obsolescência: a *superutilização*, quando as mercadorias tendem a obsolescência precoce como fator de uso e, a *subutilização*, quando as mercadorias são produzidas como *valores de usos supérfluos*. O controle da produção e do consumo, como unidade contraditória da produção, reafirmam que os “limites para a expansão do capital estão significativamente ampliados e que as condições objetivas de saturação da estrutura global de operações lucrativas do capital [estão] significativamente redefinidas” (Mészáros, 2011, p. 683), redefinição que generaliza globalmente a reprodução econômica cujo um de seus fundamentos vem a ser a

tendência à queda da taxa de uso. Sobre essas circunstâncias, Mészáros explicita a objetividade da latente força destrutiva do capital como tendência histórica nova e atrelada ao complexo da unidade contraditória da reprodução econômica.

Considerações finais

Cabe ainda um balanço teórico da tendência à reconstrução e à destruição como fundamento sócio-histórico e socioeconômico do modo de produção capitalista. Enquanto Harvey se aproxima dos nexos da reconstrução do *ambiente construído* como ponto de estrangulamento da circulação de mercadorias e das periódicas renovações das paisagens, a *produção destrutiva* anunciada por Mészáros, na qualidade de tendência do capital, equaliza a produção e o consumo com a destruição cada vez mais aniquiladora dos valores de uso, encontrando-se no campo da unidade contraditória da produção, isto é, extrapola os limites da circulação das mercadorias fundamentando-se na totalidade da reprodução social. É exatamente no ponto de inflexão do processo de produção que Mészáros avança mais que Harvey, pois encontra os nexos sociais do amadurecimento da *destruição* na generalização da *produção alienada* do valor de uso submetidos no ato da *produção social* ao valor de troca, e não ao campo exclusivo da circulação ou de renovações tecnológicas.

O fundamento da *produção destrutiva* encontra-se na dialética entre o processo de valorização e desvalorização das mercadorias, do trabalho e do próprio capital e, como resultado, manifesta-se objetivamente na produção voltada à depreciação dos valores de uso. Na atualidade, as estratégias entre capital e Estado dilatam momentaneamente os canais de realização do valor e podem levar particularmente à *produção destrutiva*, englobando a totalidade da reprodução econômica e social, incluindo-se aí a geografia e o espaço.

Referências

- HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008a.
- HARVEY, D. **Paris, capital de la modernidad**. Madrid: Akal, 2008b.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005b.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 2 v.

- MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política** (Grundrisse/Borrador 1857-1858). São Paulo: Boitempo, 2007. v. 1-3.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. I-V.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 3-132.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.
- OHNO, T. **O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala**. Porto Alegre: Bookman, 1997.
- PAULO NETTO, J. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.
- PERLO, V. **Militarismo e indústria: armamentos e lucros na era dos projéteis**. São Paulo: Paz e Terra, 1969.